

CÂMARA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

TEXTO DEFINITIVO DA ATA Nº 06/2017

Da reunião ordinária realizada, com carácter público, no dia 17 de março de 2017, iniciada às 9:05 horas e concluída às 11:30 horas.

Sumário:	01
Abertura	02
Período Antes da Ordem do Dia	04
Período da Ordem do Dia	10
Agenda	10
Aprovação de Atas	10
Balancete	10
Despacho	10
DAG	11
DOP	13
DL	19
DGU	20
DEASS	21
DCJD	24
Intervenção do Público	27
Aprovação em minuta	30
Votação das deliberações	30
Encerramento	30
Montante Global dos Encargos	30

ABERTURA

ATA Nº 06/2017

Aos dezassete dias do mês de março do ano de dois mil e dezassete, no Auditório Municipal, sito na Rua do Castelo, na Covilhã, realizou-se a reunião ordinária pública da Câmara Municipal da Covilhã sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara Vítor Manuel Pinheiro Pereira, estando presentes os Senhores Vereadores Carlos do Carmo Martins, Joaquim António Matias, José Joaquim Pinto de Almeida, Jorge Manuel Torrão Nunes, Marta Maria Tomaz Gomes Morais Alçada Bom Jesus e Pedro Miguel dos Santos Farromba.

A reunião foi secretariada por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

E pelas 09:05 horas, o Senhor Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

II - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

III – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ATA

3. BALANCETE

4. DESPACHOS

5. DEPARTAMENTOS

5.1 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

- a)*** *Minuta de Protocolo de Cedência da Escola do 1.º Ciclo de Sarnadas à Associação Cultural Abrigo das Sarnadas*
- b)*** *Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis*

5.2 DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

- a)*** *Receções Definitivas*
 - Empreitada da Obra de Reparação do Caminho Rural entre Sarzedo e Valhelhas***
 - Empreitada da Obra de Conservação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira, Tortosendo***
 - Empreitada da Obra de Reparação da Escola Primária e Jardim de Infância de Unhais da Serra***

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

- **Empreitada da Obra de Reparação da Escola Primária de S. Silvestre**
- **Empreitada de demolição de um prédio a confrontar com o largo e Travessa do Rosário – Covilhã**
- **Empreitada da obra de trabalhos de colocação de chapim metálico sobre as guardas dos acessos à Ponte Pedonal – Covilhã**
- **Empreitada da obra de Pavimentação do Caminho Rural do Tortosendo (casa à Estação)**
- **Empreitada da cobertura do edifício da antiga Central Elétrica da Covilhã**
- b) Alteração ao PUGC - Relatório de Fundamentação de Dispensa de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE**
- c) Liberação de Caução parcial da Empreitada Fixação da Estrutura Existente na Cobertura do Edifício sito na Corredoura – Covilhã**
- d) Acionamento de Garantias / depósitos de caução da Empreitada de Obras de Conservação e Requalificação da Escola Básica do 1.º Cicio do Largo da Feira, Tortosendo**
- e) Sinalização e Trânsito**
 - **Rua do Rodrigo – Covilhã**
 - **Rua Capitão Alves Roçadas – Covilhã**

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

5.4 DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

- a) Habitação Social**
 - **Acordo de Regularização**
- b) Proposta da Carta Educativa Municipal**
- c) Proposta de Regulamento Interno do Município da Covilhã – Projeto “Covilhã - Férias Ativas” Páscoa**

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

- a) Atribuição de Topónimos**
 - **Freguesia da Boidobra**
 - **Freguesia do Ferro**
- b) Protocolo de apoio entre o Município da Covilhã e o Teatrubi – Associação Cultural**
- c) Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação de Juventude do Peso**
- d) Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais**
- e) Minuta de Protocolo de apoio à Associação Desportiva e Cultural de Orjais**
- f) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Associação de Ciclismo da Beira Interior**

II – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente iniciou a sua intervenção referindo que relativamente ao assunto do encerramento da CGD na Freguesia do Teixoso esteve reunido com a Administração do Banco e que lhes transmitiu a necessidade das populações servidas por aquela agência continuarem a ter aquele serviço à sua disposição, principalmente por ser uma agência que serve uma população envelhecida, pouco familiarizada com as novas tecnologias e que gostam de tratar pessoalmente desses assuntos. Nessa reunião, foi-lhe transmitido que está a ser analisada uma solução que passe por assegurar o serviço às populações servidas atualmente pelas agências e que “por ora a decisão de encerramento está suspensa.”

Propôs Votos de Pesar pelo falecimento de dois ilustres Covilhanenses, que muito fizeram pelo nosso Concelho, Senhor Professor Manuel Luís Lousa Nicolau, que para além de ilustre professor foi também Vereador na Câmara Municipal da Covilhã, Vice-Provedor da Santa Casa da Misericórdia, Dirigente da Escola Secundária Frei Heitor Pinto e que participou em muitas causas das mais variadas índoles; bem como ao Senhor José Lopes da Água que também teve a sua participação na Autarquia, na Rádio Clube da Covilhã e pela nossa cidade.

A Câmara deliberou aprovar os Votos de Pesar pelo falecimento dos Senhores Manuel Luís Lousa Nicolau e José Lopes da Água e remeter às respetivas famílias, as sentidas condolências.

O Senhor Presidente felicitou a Rádio Clube da Covilhã por estar de novo a fazer emissões e a trabalhar, depois de ter estado vários dias sem o poder fazer, devido às diversas dificuldades que tem tido.

De seguida, deu a palavra aos Senhores Vereadores:

A Senhora Vereadora Marta Alçada leu os seguintes documentos:

“Banco Local de Voluntariado do Concelho da Covilhã

Em 2014, nas jornadas de voluntariado da Cova da Beira, que decorreram no Centro Hospitalar o Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã assumiu perante a presidente do Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado que iria agilizar a criação do Banco Local de Voluntariado da Covilhã, tendo essa notícia sido divulgada pelos meios de comunicação locais. Comprometeu-se conjuntamente com o vereador da ação social iniciar o processo com o Conselho Nacional.

Passaram 2 anos, e só tivemos conhecimento que se realizou uma reunião entre a câmara da Covilhã e o Conselho Nacional para a promoção do voluntariado em setembro de 2016, e que nessa reunião saiu o compromisso de a Câmara assumir a direção técnica e coordenação do Banco Local de Voluntariado do Conselho da Covilhã e pelo que sabemos, até á presente data ainda se mantém por definir a estrutura e a criação do Banco Local de Voluntariado.

Os Bancos Locais de Voluntariado pretendem ser um espaço de encontro entre a oferta e a procura de voluntários e a dinamização do voluntariado a nível local. Ou seja, tem como objetivo ser um espaço onde as pessoas expressam a sua disponibilidade e vontade de serem voluntárias e as entidades promotoras de voluntariado interessadas em receber voluntários e coordenar as atividades.

Num concelho onde existem mais de 20 associações de voluntariado, sendo este um capital social crucial para o bem-estar da nossa população e para melhoria da qualidade de vida dos cidadãos em termos sociais, associativos, ambientais e até económicos, é importantíssimo uma estrutura que congregue e apoie todas estas associações, podendo ser acompanhadas por esta plataforma concelhia.

É um dos poucos concelhos que não têm um banco local de voluntariado, ou seja, temos um concelho com um potencial riquíssimo nesta área e não temos o banco local de voluntariado para apoiar e dar relevo a esta área tão vincada no concelho.

Este é o momento para o recordar desta promessa que se quis deixar na gaveta e dizer basta a tal desperdício de recursos e capital humana, pelo que se propõe seja deliberado a criação imediata do banco local de voluntariado da Covilhã, por forma a dar possibilidade aos voluntários de potenciar a sua atividade e congregar esforços, não só na persecução das missões de voluntariado já existentes, mas potenciar a angariação de novos voluntários e desenvolvimento de novas missões e projetos de voluntariado que permitam o aprofundamento desta forma, tão nobre e altruísta, de ajudar o próximo.”

“Conselho de Intervenção para a Pessoa Idosa

No âmbito do Plano Municipal de prevenção e Combate à violência do concelho da Covilhã foi trabalhado, proposto e aprovada a criação do Conselho de Intervenção para a Pessoa Idosa, pela Rede Social de Ação Social da Covilhã. Aquando da inauguração do Centro de Ativ'idades em 25 de outubro de 2014, foi nesse centro, criado o espaço e divulgado este Conselho (que referiram ser constituído por um grupo multidisciplinar e com a presença de várias entidades do concelho. Ainda hoje existe a identificação desse espaço.

Temos conhecimento, que desde essa data (Outubro de 2014) que foi criado este conselho, nunca ocorreu uma reunião de trabalho, nunca foram definidos e cumpridos procedimentos definidos, ou seja, nunca funcionou.

Num concelho com um índice de envelhecimento elevadíssimo, este conselho que pretendia conhecer as necessidades reais das pessoas idosas para depois encontrar ferramentas e implementar medidas que melhorassem a qualidade de vida desta população e, essencialmente, encontrar mecanismos que promovessem um envelhecimento ativo da população e responder a problemas concretos numa equipa multidisciplinar e qualificada para tal (constituída por várias entidades locais) tem estado sem funcionar e nunca foi organizado para tal.

É caso para dizer, que se é assim que esta camara trata as suas próprias iniciativas, razão têm de sobra os que se queixam em relação à forma como são tratadas e implementadas as iniciativas que vos são propostas e, reiteradamente, esquecidas.”

O Senhor Vereador José Pinto, referindo-se à intervenção do Senhor Presidente sobre a Caixa Geral de Depósitos no Teixoso, disse: “Vejam aqui a diferença de tratamento/procedimento! Na serra da Argemela, tudo indica pretenderem impor a exploração da mesma não ouvindo a população, sabendo nós que será ela a sofrer os efeitos secundários com essa mesma exploração, pois importa salvaguardar os lucros para a empresa que o vier a fazer e conseqüentemente para o Estado; Quanto à CGD do Teixoso, fazem precisamente o contrário – Encerre-se a Caixa a todo o custo, pois entendem que a sua manutenção dará prejuízo e não importa as conseqüências para a população que serve. Mais uma vez a população não será ouvida. Lisboa decidiu impondo toda a sua soberania, porque as largas centenas de pessoas que se manifestaram nas Freguesias, são uns “tontos”, porque andam a mexer-se sem terem razão para isso.

Fica aqui a nota do que os decisores políticos nacionais fazem ao interior, independentemente do governo: dizem-nos o que queremos ouvir - “O interior precisa de ser ouvido, acompanhado e apoiado!” e até elaboram uma larga lista de propostas nesse sentido, mas

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

quando trata de decidir impõem-nos os seus “saberes”, os seus interesses, independentemente das promessas.”

Abordou ainda e em jeito de alerta o projeto de financiamento que o Governo anunciou, um programa que prevê a reabilitação de bairros sociais "em cerca de 8500 casas, beneficiando mais de 25 mil pessoas, num investimento que pode atingir os 115 milhões de euros. O programa será financiado, maioritariamente, pelo Portugal 2020.

Referindo de seguida que - “para a CDU é um tema muito importante, daí, e por diversas vezes, abordarmos este assunto ao ponto de fazermos diversos estudos sobre as péssimas condições da habitação social do concelho”, questionando de seguida se há sensibilização por parte da maioria da Câmara, no sentido de intervir num projeto com esta importância e se há trabalho já feito nesse sentido?

Alertou ainda para algumas incorreções que existem no *site* da Câmara Municipal, ao informar que a ACM ainda existe, quando a mesma já encerrou há largos anos e que a única instituição de ensino especial no nosso concelho é a APPACDM e isso não é dito. Também no seu ponto de vista, o artigo que fala sobre a redução do valor na fatura da água, tarifa social, contem uma incorreção por excesso no valor, não é de 8,86€ mas sim 6€.

Reconheceu a importância do *site*, mas disse: “devemos ser corretos no que dizemos e naquilo que ali escrevemos.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias agradeceu a presença do grupo de pessoas do Barco e referiu que a Câmara Municipal já se tinha pronunciado sobre este assunto, mas afirmou que, “o Senhor Presidente erra por não divulgar os contactos que faz com os responsáveis políticos nacionais para tentar resolver problemas, acho que devia divulgar todos esses contactos, pois fê-lo, quer sobre a Serra da Argemela, quer sobre a Caixa Geral de Depósitos da Freguesia do Teixoso, pois a Câmara também não pretende que essas situações aconteçam e vamos defendê-las.”

Quanto à Rádio Clube da Covilhã disse que exerceu lá várias funções e “ainda bem que ela foi reativada, mas penso que é necessário repensarmos a Rádio Clube da Covilhã e deveríamos fazer uma reunião com os Órgãos Sociais da mesma, no sentido de afinar alguns critérios.”

Finalmente alertou para a necessidade de se proceder à limpeza do espaço onde será instalada a sede do Banco Alimentar Contra a Fome.

O Senhor Vereador Pedro Farromba lamentou a “diferença de tratamento por parte do Senhor Presidente, na questão da CGD do Teixoso, mas também a que se verifica a nível nacional, pelo Governo. O problema da CGD e do encerramento de balcões, não se resume ao Teixoso, é um problema que vamos ter na nossa região em muitas outras localidades e por todo o país. Por isso não podemos ficar pelo “poucoquinho”, não podemos ficar satisfeitos quando nos dizem que estão a tentar resolver e que, eventualmente, mesmo que fechem o balcão, deixam ficar alguns serviços. Nós, o que nos compete, enquanto representantes das populações que nos elegeram para as defender, devemos reiterar aquilo que são os interesses das populações, como fizemos e iremos fazer com a Argemela.

É curioso que este encerramento venha precisamente de um banco público, quando no Governo está o Partido Socialista, apoiado pelo PCP e BE e é preocupante que a realidade perante o mesmo facto é vista com dois olhos diferentes, quando se está na oposição e quando se está no Governo; quando se está na oposição o encerramento dos balcões dos CTT era dramático, quando se está no Governo, o encerramento dos balcões da CGD, é o resultado das circunstâncias e da performance económica do país. Não pode ser e cabe-nos a nós dizer que não pode ser. Temos que deixar de nos conformar com o “poucoquinho”, porque nós fazemos parte do território, como faz Lisboa ou Porto e temos que reivindicar os mesmos

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

direitos que têm as pessoas que moram em Lisboa ou no Porto. Conte comigo para defender as populações e o nosso concelho.”

Relembrou da reflexão que apresentou sobre a evolução negativa da população no interior do país e, nomeadamente, do nosso concelho, e disse que leu agora um outro documento que faz uma projeção sobre o que irá acontecer, nos próximos 15 anos no interior do país, que apresenta uma situação dramática; equacionou se as crianças residentes no nosso concelho, poderão ter um bom futuro e continuar a residir na Covilhã, afirmando que se deverá refletir seriamente sobre esta questão, com a criação de um grupo de trabalho que envolvesse a Câmara, a Universidade e outras entidades, para avaliar “o que é que é necessário fazer para que esta sangria de pessoas termine. Gostaria que fosse iniciado ainda neste mandato, para que fosse elencado o que teremos que fazer, para que esta sangria termine.”

Solicitou novamente que fornecessem aos Vereadores o projeto do Teatro Municipal, para se poderem pronunciar sobre o mesmo.

Sobre a Bolsa de Turismo de Lisboa referiu que o Senhor Presidente, no ano anterior, tinha dito que a Covilhã iria estar representada de uma forma mais bem posicionada e mais forte, que está lá este ano representada no âmbito da CIM, questionando o porquê dessa situação, uma vez que acha que o turismo da nossa região deve ser tido em conta, cada vez mais, como um fator de desenvolvimento económico da nossa região e que devemos dar-lhe a atenção devida.

Finalmente, deixou a sugestão de que fosse realizada uma reunião com os Técnicos Projetistas do concelho, no sentido de se lhes explicar melhor o funcionamento do Geoportal.

O Senhor Vereador Joaquim Matias, quanto à questão do Geoportal, respondeu que já tinha feito essa proposta anteriormente e que se está a preparar uma reunião para esse efeito.

O Senhor Vereador Jorge Torrão disse, sobre a criação do Banco Local de Voluntariado, que as preocupações da Senhora Vereadora são legítimas e que estão a ser tratadas, tendo estado reunido com a Dr.^a Elisa Borges que está a acompanhar todo o processo, mas que se têm verificado algumas dificuldades burocráticas.

Quanto ao Conselho de Intervenção para a Pessoa Idosa referiu que ainda não está constituído, em termos formais, mas que se está a trabalhar no seio da Rede Social, havendo ainda muito pouca legislação para a proteção da pessoa idosa. Estão a preparar a sua constituição, para quando surgir a legislação adequada, estejam já preparados para a sua implementação.

Enalteceu o reaparecimento da Rádio Clube da Covilhã e a Federação de Desportos de Inverno, pelas provas realizadas e os respetivos Campeões Nacionais, alguns deles covilhanenses.

Finalmente apresentou um Voto de Louvor ao covilhanense Bruno Borralhinho pelo prémio conquistado, com a edição de um novo CD e que foi considerado o 5.º melhor Violoncelista Mundial, em música clássica.

A Senhora Vereadora Marta Alçada lembrou que tanto o projeto do Banco Local de Voluntariado da Covilhã, como o Conselho de Intervenção para a Pessoa Idosa, já é de 2014, devendo “ser-se mais proactivos e não esperar que sejam as outras entidades a vir ter connosco, mas sim, o Executivo ir ter com elas; ser-se mais dinâmico, aproveitar as sinergias e parcerias com outras entidades, inclusivamente com a UBI, que se disponibilizou a fazer estudos para apoiar este Conselho de Intervenção, para que quem venha a seguir possa continuar este trabalho, porque é um trabalho válido e muito importante para o Município.”

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

O Senhor Vereador Jorge Torrão respondeu que “houve aqui um azar de eu ter ficado com a Ação Social, deveria de ser um Vereador ou Vereadora com mais sensibilidade e mais dinâmica, pois eu com a minha idade não consigo ser mais dinâmico do que sou. Às vezes digo que até ao pé-coxinho, corro mais dos que as pessoas com as duas pernas boas, porque sou uma pessoa que – essa da dinâmica não me assenta e a falta de trabalho também não, porque trabalho desde os 14 anos de idade – gosto de trabalhar na Ação Social de uma forma sem holofotes.”

O Senhor Vereador Carlos Martins afirmou estar a favor das pretensões da Covilhã e dos Covilhanenses e que por isso está ao lado das populações do Barco, afirmando que também é “*Je suis Argemela*”, “*Je suis CGD no Teixoso*” e “*Je suis Covilhã*”; questionou se já se encontrava solucionada a atribuição de uma habitação social a uma Senhora que se encontrava no público; e, afirmou ainda, que as questões da habitação social, não são apenas preocupações do Senhor Vereador José Pinto e da CDU, são também preocupações do programa do Partido Socialista.

Relativamente à atribuição da habitação social foi esclarecido que se estava a solucionar, tendo já a Senhora sido convocada para uma audiência prévia, uma vez que já não se mantinham os mesmos pressupostos aquando da candidatura.

O Senhor Presidente antes de responder às questões colocadas pelos Senhores Vereadores felicitou o Senhor Vereador Pedro Farromba pela sua tomada de posse no Comité Olímpico Português, sendo motivo de regozijo e de orgulho que um Covilhanense, estando à frente da Federação de Desportos de Inverno, represente a Federação, a nossa cidade e a região, neste importante Comité.

Sobre a Bolsa de Turismo de Lisboa referiu que o Município está representado no âmbito da CIM, utilizando o *stand* que possuem, porque adquirir um *stand* personalizado, neste momento, é muito caro, mas que aguardam financiamento específico para esse efeito, no sentido de se investir mais e melhor no nosso turismo; “neste momento, nos quinze municípios que constituem a CIM, tem tantas dormidas a Covilhã, como têm todos os outros Municípios vizinhos e isso diz bem da nossa pujança, que temos de continuar a potenciar. Estamos a trabalhar também no âmbito das Aldeias de Xisto, nas Judiarias, na valorização do nosso património natural, reforçando a componente de turismo da natureza, criando trilhos, designadamente a Rota do Zêzere, os Caminhos de S. Tiago, desejando muito mais no setor do turismo da nossa região.

Relativamente à ideia da criação de um grupo de trabalho para análise da diminuição da população no interior e suas consequências, disse que subscreve e concorda com a criação do mesmo, contudo, no seu entendimento, este não é o melhor momento, uma vez que se irá entrar num período eleitoral e o clima eleitoral não é o melhor contexto para discutir estas questões, que são importantes e que devem ser “despidas” de cargas ideológicas, de cargas partidárias, de candidaturas aos órgãos autárquicos; devem ser debatidos de uma forma “mais fria”.

“Temos de ter algum cuidado quando falamos acerca da nossa terra, do nosso concelho e da nossa região porque quando fazemos afirmações de que estagnámos, que temos dificuldades, etc.. O problema é inerente a todas as regiões do interior do país, as dificuldades são comuns e sem querer desmerecer o trabalho que os outros fazem, devemos valorizar o nosso. Na Covilhã, não obstante das dificuldades que temos, financeiras, económicas e sociais, a verdade é que ainda assim temos uma balança comercial que é positiva em 223%, temos um valor acrescentado, em termos de exportação, mais pujante, somos o motor económico da

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

região. Somos uma cidade que se orgulha do seu passado e uma cidade que tem futuro, que depende de todos nós e isso não se faz com exercícios de apoucamento para afirmar individualmente uma candidatura, ou outras candidaturas, ou projetos políticos. Faz-se puxando pela Covilhã e pelo melhor que tem a Covilhã e puxar pela Covilhã é enaltecer o que ela tem de positivo, aproveitando a energia que os Covilhanenses têm de se orgulharem do seu passado e de terem à frente um grande futuro. Temos por isso de ser ponderados e proactivos, de forma concertada e transversal, uma vez que todos somos poucos para contribuir para esse desidrato.”

Quanto às questões da Serra da Argemela e a delegação da CGD no Teixoso afirmou que “não há dois pesos e duas medidas, é o mesmo peso, a mesma medida, a mesma atitude, a mesma vontade que é a de, por um lado, evitar até ao limite aquilo que de nós depender sobretudo na vertente de magistratura de influência, porque não é a Câmara Municipal que manda na CGD, como não é a Câmara Municipal que manda na Secretaria de Estado da Energia ou Ministério da Economia. O importante é que a Câmara Municipal e o seu Executivo lutem com todas as suas forças, exercendo a sua magistratura de influência junto do Governo da Republica, junto das Instituições competentes no sentido de as sensibilizar, no caso da CGD, obviamente que não nos conformamos com soluções minimalistas porque não são as populações do nosso concelho que devem “pagar” os erros de uma Administração que colocou a CGD nesta situação. O que me foi transmitido pelo Senhor Administrador é que a decisão do encerramento da CGD no Teixoso está por ora suspensa, uma vez que está a ser analisada e construída uma solução. Vamos aguardar para ver se essa solução nos convém ou não.

Relativamente à Argemela, estamos aqui nesse debate e nessa luta, prontos para ir até onde for preciso.”

Quanto à Rádio Clube da Covilhã, agradeceu o trabalho que foi feito pelos responsáveis, designadamente o Dr. Carlos Casteleiro, que tudo fizeram para tentar devolver a rádio à cidade e ao concelho.

Sobre o *site* da Câmara Municipal afirmou que a perfeição não existe e, por isso, agradece todas as sugestões que forem apresentadas para o melhoramento do mesmo.

Finalmente, sobre a habitação social informou que estão a “preparar uma candidatura no âmbito do programa de eficiência energética e a trabalhar junto do Governo uma solução mais abrangente que permita irmos para além desta candidatura e conseguirmos fazer uma intervenção mais profunda. Nos últimos 20 anos ninguém lá pregou um prego e as rendas que deveríamos receber foram antecipadas pelo banco e agora estamos a pagar, todos os meses, 26 mil euros, que poderiam ser utilizados em obras de recuperação dos edifícios habitacionais.”

O Senhor Vereador José Pinto acrescentou que a crítica que colocou sobre a diferença de tratamento nas questões que afetam o nosso concelho, são a nível nacional e que o Senhor Presidente se “contenta com o pouquinho.”

Sobre a habitação social lembrou que se deve “passar aos atos, ser proactivos e a Câmara Municipal já teve oportunidades de dar provas dessa capacidade reativa e proactiva, quando vendeu habitação social, não investiu na mesma, quando faz a distribuição de determinadas verbas sem critérios, não pensa na prioridade que tem a habitação social. Isso é que é uma falha grave, em termos políticos e em termos de interesse para a comunidade que nós aqui apresentamos. Não há dinheiro para se fazer o que ela necessita, mas num ou noutro caso poder-se-ia fazer algo; há três anos e meio que venho falando na criação de uma equipa multidisciplinar e a resposta é sempre a mesma – todos os períodos são indicados, desde que se queira trabalhar em prol da população.”

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. AGENDA

2. APROVAÇÃO DE ATAS

Não existem documentos agendados neste ponto.

3. BALANCETE

Presente o balancete do dia de ontem, documento que fica apenso à ata, e que apresenta os seguintes valores:

. **Total de Disponibilidades: 1.552.546,36€ (um milhão, quinhentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e seis euros e trinta e seis cêntimos).**

. **Documentos: 2.591,20€ (dois mil, quinhentos e noventa e um euros e vinte cêntimos).**

. **Dotações Orçamentais: 871.908,65€ (oitocentos e setenta e um mil, novecentos e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).**

. **Dotações não Orçamentais: 680.637,71€ (seiscentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e sete euros e setenta e um cêntimos).**

4. DESPACHOS

Não existem documentos agendados neste ponto.

5. DEPARTAMENTOS

5.1. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL

a) **Minuta de Protocolo de Cedência da Escola do 1.º Ciclo de Sarnadas à Associação Cultural Abrigo das Sarnadas**

Presente Minuta de Protocolo de cedência de instalações, a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Cultural Abrigo das Sarnadas, cujo objeto é regular os termos e as condições de cedência, em regime de comodato, do edifício da Escola do 1.º Ciclo das Sarnadas, inscrito na matriz urbana de Verdelhos sob o artigo n.º 812 e descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 389 (Verdelhos), por um período de 10 (dez) anos, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, salvo por incumprimento de uma das partes.

Este documento que se dá como inteiramente transcrito na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou se a Junta de Freguesia está ou não envolvida nesta cedência de alteração.

O Senhor Vereador José Pinto questionou ainda se foi a Junta de Freguesia que desistiu de ocupar o edifício ou se foi uma decisão do Executivo.

O Senhor Presidente esclareceu que o edifício vai ser cedido à Associação em causa, que o pretende reabilitar, estando a Junta de Freguesia envolvida e concordado com a alteração de posse.

A Câmara deliberou aprovar a Minuta de Protocolo de cedência de instalações, a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Cultural Abrigo das Sarnadas, cujo objeto é regular os termos e as condições de cedência, em regime de comodato, do edifício da Escola do 1.º Ciclo das Sarnadas, inscrito na matriz urbana de Verdelhos sob o artigo n.º 812 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 389 (Verdelhos), por um período de 10 (dez) anos, com início na data da sua assinatura, sendo sucessivamente renovado por iguais períodos de tempo, salvo por incumprimento de uma das partes.

Mais deliberou revogar a deliberação de Câmara de 05/12/2014 onde foi aprovada a doação do prédio da Escola do 1.º Ciclo das Sarnadas à Junta de Freguesia de Verdelhos.

b) **Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis**

Presente minuta do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis, cujo objeto é apoiar nas obras de requalificação da sede da

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

Junta de Freguesia, através de uma comparticipação financeira, no montante de 39.800,00 € (trinta e nove mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a liquidar no decorrer do ano de 2017.

Este documento que se dá como inteiramente transcrito na presente ata fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Câmara deliberou aprovar a minuta do Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e a Freguesia da Aldeia de S. Francisco de Assis, cujo objeto é apoiar nas obras de requalificação da sede da Junta de Freguesia, através de uma comparticipação financeira, no montante de 39.800,00 € (trinta e nove mil e oitocentos euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, a liquidar no decorrer do ano de 2017.

5.2. DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEAMENTO

a) Receções Definitivas

- Empreitada da Obra de Reparação do Caminho Rural entre Sarzedo e Valhelhas

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da Obra de Reparação do Caminho Rural entre Sarzedo e Valhelhas.

- Empreitada da Obra de Conservação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira, Tortosendo

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da Obra de Conservação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira, Tortosendo.

- Empreitada da Obra de Reparação da Escola Primária e Jardim de Infância de Unhais da Serra

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da Obra de Reparação da Escola Primária e Jardim de Infância de Unhais da Serra.

- Empreitada da Obra de Reparação da Escola Primária de S. Silvestre

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da Obra de Reparação da Escola Primária de S. Silvestre.

- Empreitada de demolição de um prédio a confrontar com o Largo e Travessa do Rosário – Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada de demolição de um prédio a confrontar com o Largo e Travessa do Rosário – Covilhã.

- Empreitada da obra de trabalhos de colocação de chapim metálico sobre as guardas dos acessos à Ponte Pedonal – Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da obra de trabalhos de colocação de chapim metálico sobre as guardas dos acessos à Ponte Pedonal – Covilhã.

- Empreitada da obra de Pavimentação do Caminho Rural do Tortosendo (casa à Estação)

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da obra de Pavimentação do Caminho Rural do Tortosendo (casa à Estação).

- Empreitada da cobertura do edifício da antiga Central Elétrica da Covilhã

A coberto da informação da Divisão de Obras, foi presente o auto de receção definitiva dos trabalhos da obra supra identificada, onde se conclui poder ser recebida.

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador José Pinto e nos termos da informação da Divisão de Obras e do parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva da Empreitada da cobertura do edifício da antiga Central Elétrica da Covilhã.

b) Alteração ao PUGC - Relatório de Fundamentação de Dispensa de Avaliação Ambiental Estratégica - AAE

Presente EDOC/2017/6707 contendo a informação do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, com o seguinte teor:

“1 – O Plano de Urbanização da Grande Covilhã encontra-se plenamente eficaz desde a data da sua publicação na 2.ª Série do Diário da República n.º 147, Aviso n.º 15208/2010, de 30 de julho.

2 – Durante o período de vigência do referido plano, foram identificadas pelos serviços da DGU, na sequência da apreciação das várias pretensões de particulares, a necessidade de se introduzirem reajustamentos em algumas das normas que integram o regulamento do Plano, de forma a permitir uma maior versatilidade do mesmo.

3 – Pretende este Município promover uma alteração do Regulamento do Plano de Urbanização da Grande Covilhã.

4 – No âmbito do processo de alteração do PUGC, há necessidade de fundamentar a dispensa da sujeição da proposta de alteração do Plano a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE).

5 – Proposta de decisão: proponho que a Câmara Municipal delibere aprovar o documento anexo, que constitui a fundamentação da dispensa da sujeição da proposta do Plano a Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), para que seja remetido à Agência Portuguesa do Ambiente para efeitos de emissão de parecer.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias sugeriu que o assunto fosse retirado da OT, e sugeriu da possibilidade de se agendar uma reunião entre o Planeamento e o Urbanismo, para poderem perceber e conhecer o documento, uma vez que no urbanismo não se conhecia a versão final da alteração ao PUGC e tendo em conta que a alteração é muito importante para resolver um grande conjunto de problemas existentes nesta área.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que é um documento complexo e que obrigou a um esforço de análise, devidamente cuidada. Questionou da razão e o porquê de não ser revisto o PDM, que evitaria um determinado conjunto de situações no concelho, uma vez que interfere, designadamente com os índices de construção, pelo que deveria ser analisado e revisto brevemente, evitando ainda estar a mexer-se, a cada momento, em áreas pontuais.

O Senhor Vereador Pedro Farromba afirmou que este documento é realmente importante e que “o Urbanismo não pode estar há parte e não pode o Urbanismo, não ter conhecimento de um plano que vai condicionar o Urbanismo. Existem ainda outras condicionantes em termos urbanísticos que podem em muito prejudicar ou “educar” aquilo que vai ser o desenvolvimento futuro do concelho, cidade e Freguesias e que tem a ver, também, com a Carta Florestal; temos que integrar tudo, porque nós andamos com vários documentos de planeamento que devem ser integrados até de forma a “educarmos” aquilo que vai ser a construção e o desenvolvimento futuro da cidade e dos núcleos urbanos. Se quando queremos fazer uma construção, estamos condicionados por um conjunto de condicionantes

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

e se elas se vão somando e não estão todas patentes no mesmo documento, só vamos complicar em vez de resolvermos problemas; por outro lado, face ao futuro, não vamos orientar aquilo que vai ser o desenvolvimento do concelho, no que toca à área de construção.”

O Senhor Presidente disse que a revisão ao PDM “já se arrasta há muitos anos a tal ponto que, entretanto, foram alteradas as muitas Leis pertinentes ao Ordenamento do Território e ao Urbanismo e o próprio Plano que já contemplava soluções, pelo que teve que ser revisto, dilatou-se tanto no tempo que os documentos ficaram desatualizados; há exigências que agora são feitas e que não eram feitas antes, não obstante de termos uma empresa competente na área a trabalhar, a verdade é que neste momento, corre os seus trâmites; solicito ao Senhor Eng.º Jorge Vieira para nos dar alguns esclarecimentos sobre o assunto.”

O Senhor Engenheiro Jorge Vieira disse, relativamente ao ponto de situação do PDM, que “a deliberação de abertura do processo de revisão do PDM é de 2004/2005. As várias alterações à legislação vieram sucessivamente fazer novas exigências, que foram sempre introduzindo entraves e prolongando o período necessário à tramitação do PDM. Depois houve outras decisões internas, que também não foram suficientemente rápidas a ser tomadas e que fez com que, hoje, ainda tivéssemos com o processo por determinar. O objetivo é a de que proposta será apresentada à CCCR antes do final deste mandato autárquico e é nesse sentido que estamos a trabalhar.”

O Senhor Presidente referiu ainda que, “o processo começou a ser revisto há 12 anos. Nós demos o nosso contributo e queremos acelerá-lo, para que estas questões pertinentes não se verifiquem e para que tudo seja transparente, porque durante muitos anos, convinha que os PDM's se arrastassem e não existissem por muitas e variadas razões, mas o conveniente é que seja o contrário, é que sejam céleres e que exista um planeamento rigoroso para todos saberem com o que contam.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias lamentou o facto de não ser aceite a sua sugestão e por poder vir a criar problemas ao Município, porque entende que o Planeamento e o Urbanismo devem reunir para analisar pormenorizadamente o documento final, pelo que se iria abster.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira disse ainda que “não referiu nada sobre esta questão por ser um equívoco do Senhor Vereador. A proposta que vai ser apresentada ao Plano de Urbanização só foca o Regulamento do Plano. Essa alteração foi discutida com os Serviços de Urbanismo, que deram o seu contributo; a versão final acolheu todos os contributos da Divisão de Urbanismo, caso contrário teria tido o feedback para o Serviço de Urbanismo em relação aos pontos que o Planeamento não concordasse. O que está aqui agendado é uma proposta de dispensa da avaliação ambiental estratégica e não tem nada a ver com a proposta de alteração do Regulamento em si. Tem a ver com uma justificação para sermos dispensados de instruir o processo com mais uma componente, que é a avaliação ambiental estratégica. Não faz qualquer sentido que o Senhor Vereador coloque a questão como a está a colocar, tal como não faz sentido o facto de estar a dar a entender que não há comunicação entre os serviços.”

O Senhor Vereador Joaquim Matias respondeu que “respeito muito as pirâmides e as chefias e sei muito bem como está estruturada a estrutura orgânica do Município. Enquanto responsável máximo do Departamento de Urbanismo, não tive qualquer contacto sobre este

assunto, o que considero deselegante para comigo e, por isso, não me sinto confortável para votar sobre este assunto.”

A Câmara, com a abstenção do Senhor Vereador Joaquim Matias, deliberou aprovar o Relatório de Fundamentação de Dispensa de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) nos termos propostos na informação presente e documentos anexos, ao abrigo do n.º1 e 2 do art.120º do RJIGT (DL.n.º80/2015, 14-05), por se considerar que a proposta de alteração do Plano de Urbanização da Grande Covilhã não é suscetível de ter efeitos significativos no ambiente.

Deliberou ainda, a sua disponibilização no *site* da Internet da Câmara Municipal da Covilhã, para cumprimento do disposto no n.º7 do art.3º do Decreto-Lei n.º232/2007, de 15 de junho, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º58/2011, de 04 de maio.

Mais deliberou remeter o presente Relatório à Agência Portuguesa do Ambiente para efeitos de emissão de parecer.

c) Liberação de Caução parcial da Empreitada Fixação da Estrutura Existente na Cobertura do Edifício sito na Corredoura – Covilhã

Presente auto de vistoria à obra atrás indicada, realizada ao abrigo do Dec. Lei nº. 190/2012, de 22 de Agosto, para efeitos de aprovação parcial da caução, onde se conclui poder autorizar-se a liberação de 15% da caução total da obra.

A Câmara, com a abstenção do Senhor vereador José Pinto, com base na informação dos serviços e no parecer do Senhor Diretor do Departamento de Obras e Planeamento, deliberou aprovar e homologar o auto de vistoria e autorizar a liberação de 15% da caução total prestada no contrato de empreitada de fixação de estrutura existente na cobertura do edifício sito na Corredoura - Covilhã, correspondente ao período de tempo decorrido, nos termos do disposto da alínea c) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de Agosto.

d) Acionamento de Garantias / depósitos de caução da Empreitada de Obras de Conservação e Requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira, Tortosendo

Presente EDOC/2017/995 relativo à Empreitada de Obras de Conservação e Requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira, Tortosendo, onde informa que o empreiteiro procedeu à correção das deficiências registadas no auto de vistoria de 06/01/2016, propondo a revogação da deliberação de Câmara de 23/12/2016 e a aprovação e homologação do auto de receção definitiva de 14/02/2017.

O Senhor Vereador Pedro Farromba questionou o que será revogado neste assunto.

O Senhor Eng.º Jorge Vieira respondeu que “a deliberação que se pretende revogar é aquela que a Câmara decidiu assumir-se, em substituição ao empreiteiro, na reparação de deficiências e mobilizar a caução respetiva. Quando notificámos o empreiteiro dessa deliberação, ele veio pedir-nos que lhe dessemos a oportunidade de fazer a reparação das deficiências. Se fôssemos nós a fazê-lo, implicava uma contratação de trabalhos, que face ao contexto financeiro não é fácil resolver. A solução mais fácil, para não fazermos nós a contratação dos trabalhos de reparação, é dar uma segunda oportunidade ao empreiteiro de ele os fazer e para isso teremos que revogar a deliberação que foi tomada anteriormente.”

A Câmara deliberou revogar a deliberação de Câmara de 23.12.2016, relativa à Empreitada de Obras de Conservação e Requalificação da Escola Básica do 1.º Ciclo do Largo da Feira, Tortosendo.

Mais deliberou aprovar e homologar o auto de receção definitiva de 14.02.2017, que reflete a correção das deficiências anteriormente registadas no auto de vistoria datado de 06/01/2016, por não existirem, nesta data, novas deficiências da responsabilidade do adjudicatário e a consequente libertação integral da caução nos termos do disposto no artigo 295.º do CCP.

e) Sinalização e Trânsito

- Rua do Rodrigo – Covilhã

Presente EDOC/2017/4772, propondo o ordenamento do trânsito e estacionamento público, na Rua do Rodrigo – Covilhã.

A Câmara deliberou aprovar a colocação de sinalização vertical H1a (estacionamento autorizado com adicional mod 11 no próprio sinal) complementado com a placa adicional com a inscrição “1 LUGAR” e pintura no pavimento do símbolo de pessoa com mobilidade condicionada, na Rua do Rodrigo – Covilhã.

- Rua Capitão Alves Roçadas – Covilhã

Presente EDOC/2017/4729, propondo o ordenamento do trânsito e estacionamento público, na Rua Capitão Alves Roçadas – Covilhã.

A Câmara deliberou aprovar a colocação de sinalização vertical C16 – Paragem e estacionamento proibidos, complementada com sinalização horizontal no pavimento M12 – linha contínua junto ao limite da faixa de rodagem, na Rua Capitão Alves Roçadas – Covilhã.

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

5.3. DIVISÃO DE LICENCIAMENTO

Não existem documentos agendados neste ponto.

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

5.4 DIVISÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

Não existem documentos agendados neste ponto.

5.5. DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E SAÚDE

a) Habitação Social

- Acordo de Regularização

Presente para aprovação, acordo de regularização de dívida ao Município, com a inquilina Maria Conceição Rebelo Fortuna, respeitante a rendas da habitação, sita na Rua Cidade do Fundão, Bloco 2 – 1.º dt.º - Covilhã.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

O Senhor Vereador José Pinto referiu que não concorda com os cálculos que foram aplicados nesta situação e que o prazo deveria ser mais diluído no tempo, por forma a permitir a regularização da dívida.

A Câmara deliberou aprovar o acordo de regularização da dívida.

b) Proposta da Carta Educativa Municipal

Presente informação I-CMC/2017/942 da Divisão de Educação, Ação Social e Saúde, datada de 08/03/2017, propondo a aprovação da Carta Educativa Municipal.

Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente ata, fica para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito.

A Senhora Vereadora Marta Alçada solicitou cópia da Ata do Conselho Municipal de Educação, que apesar de ter sido votada por unanimidade, pretende conhecer as opiniões de todos os intervenientes.

O Senhor Vereador José Pinto fez da sua intervenção Declaração de Voto e sugeriu que fosse dada a oportunidade de o documento ser discutido de forma mais aprofundada, face à sua complexidade, aproveitando-se para se fazer as diversas correções apontadas, designadamente em relação ao ensino especial.

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção e acrescentou que a maior parte das questões que referiu, são questões “macro”, mas que o Conselho Municipal da Educação é composto, maioritariamente, por Professores que deram a sua anuência e votaram favoravelmente o documento.

Referiu ainda que, “vamos fazer o maior investimento que alguma vez foi realizado na Covilhã, depois do 25 de Abril, em escolas do 1.º ciclo e que vão de encontro com as pretensões dos professores e encarregados de educação.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba sugeriu que, face às sugestões pertinentes do Senhor Vereador José Pinto e das Considerações da Senhora Vereadora Marta Alçada, fosse retirado o documento e posteriormente discutido em reunião privada.

O Senhor Presidente respondeu que respeita o trabalho produzido pelo Conselho Municipal de Educação e seria “passar um atestado de menoridade aos conselheiros municipais na área da educação, pelo que não retirava o documento.”

A Câmara, com o voto contra do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar a Carta Educativa do Concelho da Covilhã.

Mais deliberou remeter o referido documento à Assembleia Municipal nos termos do nº 1 do artigo 19.º do Decreto-lei nº 7/2003, de 15 de janeiro.

Foi feita Declaração de Voto pelo Senhor Vereador José Pinto, quê se transcreve:

“Votámos contra por entendermos que:

** A “Carta Educativa” que nos é proposta aprovar foi “beber” ao conceito “Municipalização da Educação” tendo como suporte o D.L 144/2008 e que já foi repudiado por este executivo em tempo oportuno;*

** Estamos perante um documento que enferma por uma deficiência ao nível do diagnóstico, pois não tem em conta a realidade atual do número de alunos por turma em alguns estabelecimentos de ensino; as deficiências ao nível dos transportes escolares (número de carreiras insuficientes, horários inadequados, sobrelotação dos mesmos, má qualidade e circuitos enormes), entre outros;*

** Revela algum desconhecimento no que respeita à flutuação demográfica em determinadas freguesias em resultado da inexistência de respostas educativas;*

** Não antecipa a possibilidade de construção de novas infraestruturas, como são os Centros Educativos, mas com uma outra filosofia de resposta educativa, colocando em causa possíveis opções e consequentes financiamentos;*

** Ignora os riscos decorrentes de uma descentralização nos moldes anteriores, onde as competências delegadas não vieram acompanhadas de respetivas verbas e torna-se redutor dizer que os constrangimentos são unicamente financeiros;*

** Ignora os danos causados por falta de intervenção nos edifícios escolares do pré-escolar e primeiro ciclo, muitas vezes por falta de vontade política (as crianças não votam) e deixa ainda em aberto a possibilidade da autarquia alargar também essa mesma responsabilização aos outros ciclos;*

** As intervenções propostas para os edifícios, numa grande maioria, são meros remendos e raramente fala nos espaços lúdicos, sacrificando alguns, como é o caso da Boidobra, para edificação de novas salas;*

** Ignora a precariedade dos assistentes operacionais a trabalharem nos Jardins de Infância, escolas do 1º ciclo e os problemas daí decorrentes, deixando em aberto a assunção pela contratação/ responsabilização pelos restantes assistentes em todos os sectores de ensino, bem como os problemas todos os dias sentido pelos docentes das AECs*

** Ainda decorrente do conceito de municipalização ignora a importância da autonomia das escolas, justificando com a proximidade das autarquias em detrimento da proximidade da atual gestão;*

** Ignora a importância, e nem sequer fazem parte do diagnóstico, de respostas atuais no concelho, no que respeita ao Ensino Especial, como é o caso da APPACDM;*

** Seria importante adiar a sua aprovação por um curto prazo, cujo o único objetivo seria o possível enriquecimento e até alguma correção, como fica claro nesta declaração de voto, alargando essa análise a outros atores, como são os autarcas, principais responsáveis pelo documento;*

** Em última análise, importa ainda referir que o documento parece ignorar quanto importante é para o concelho, pois vai ser enviado à tutela e por si aprovado, Governo/Ministro da Educação, e que, na sua vigência, as decisões políticas, no que à educação dizem respeito, dela dependerão. “*

c) Proposta de Regulamento Interno do Município da Covilhã – Projeto “Covilhã - Férias Ativas” Páscoa

Presente proposta de Regulamento Interno do Município da Covilhã – Projeto “Covilhã – Férias Ativas” Páscoa.

O Senhor Vereador José Pinto elogiou a iniciativa, uma vez que são muito acarinhadas pela CDU, no seu dia-a-dia.

A Câmara deliberou aprovar o Regulamento Interno do Município da Covilhã – Projeto “Covilhã – Férias Ativas” Páscoa.

5.6. DIVISÃO DE CULTURA, JUVENTUDE E DESPORTO

a) Atribuição de Topónimos

- Freguesia da Boidobra

Presente EDOC/2017/6891 propondo a retificação da deliberação de Câmara de 17/02/2017, que aprovou os topónimos na Freguesia da Boidobra, e passe a constar:

1. Rua da Ponte Seca – início no Eixo TCT e fim na Estrada Nacional 18
2. Travessa da Ponte Seca – início na Rua da Ponte Seca e fim na Rua do Património.

A Câmara deliberou retificar a deliberação de Câmara de 17/02/2017 e aprovar os seguintes topónimos na Freguesia da Boidobra:

1. Rua da Ponte Seca – início no Eixo TCT e fim na Estrada Nacional 18
2. Travessa da Ponte Seca – início na Rua da Ponte Seca e fim na Rua do Património.

Mais deliberou, encarregar os respetivos serviços de diligenciar pela comunicação às entidades e serviços competentes.

- Freguesia do Ferro

Presente EDOC/2017/6891 propondo a retificação da deliberação de Câmara de 17/02/2017, que, por lapso, foi indicado na deliberação a Freguesia de Boidobra, quando devia referir Freguesia do Ferro.

A Câmara, com base na informação dos serviços, do parecer da Comissão de Toponímia e acordo com a alínea ss), do n.º 1, do artigo 33.º do RJAL, deliberou aprovar os seguintes topónimos na Freguesia do Ferro:

1. Rua das Flores – início na Estrada Municipal 506-1 - arruamento sem saída
2. Rua da Barronqueira- início no Bairro da Cruz e fim na Rua José Proença Fazenda
3. Beco da Barronqueira – início no Bairro da Cruz e fim na ETAR da Barronqueira
4. Rua do Cerejal – início na Estrada Municipal 506-1 e fim na Rua do Freixo
5. Rua da Quinta das Rasas – início na Estrada Municipal 506-1 e fim na Rua do Cabreiro
6. Rua do Cabreiro – início na Estrada Municipal 506-1 e fim na Rua do Freixo
7. Rua das Estufas – início na Rua Família Gonçalves e fim na Estrada Municipal 506-1
8. Rua da Horta Solar – início na Rua das Estufas - arruamento sem saída

9. Rua das Sepulturas Romanas - início na Rua da Horta Solar e fim na Estrada Municipal 506-1
10. Rua das Amoras - Início na Rua Quinta de Madeira e fim na Rua do Sol
11. Travessa do Alfaiate - Confina a Norte com a Travessa da Cancela e a Sul com a Rua do Espírito Santo e Rua da Cancela.
12. Travessa do Sapateiro – o início confina a nascente com a Travessa do Rossio e a Poente com a Rua Dr. Carlos Coelho.
13. Rua do Alto da Charneca início na Rua Quinta de Madeira e fim na Rua do Amieiro Longo.

Mais deliberou, encarregar os respetivos serviços de diligenciar pela comunicação às entidades e serviços competentes.

b) Protocolo de apoio entre o Município da Covilhã e o Teatrubi – Associação Cultural

Presente Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e o Teatrubi – Associação Cultural, tendo por objeto apoiar a realização de 21.º Ciclo de Teatro Universitário da Beira Interior, que se irá realizar entre 14 e 27 de março de 2017, no Teatro Municipal da Covilhã, no montante de 3.000,00 € (três mil euros).

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Protocolo de Apoio a celebrar entre o Município da Covilhã e o Teatrubi – Associação Cultural, tendo por objeto apoiar a realização de 21.º Ciclo de Teatro Universitário da Beira Interior, que se irá realizar entre 14 e 27 de março de 2017, no Teatro Municipal da Covilhã, através de uma comparticipação financeira no montante de 3.000,00 € (três mil euros).

c) Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação de Juventude do Peso

Presente Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação de Juventude do Peso, tendo por objeto apoiar as atividades desenvolvidas no pavilhão da Associação, nomeadamente as realizadas em prol das crianças que frequentam o Jardim de Infância e a Escola primária da Freguesia do Peso, no montante de 3.000,00 € (três mil euros), sendo 2.000,00 € (dois mil euros) referentes à comparticipação do Município nas despesas do pavilhão e 1.000,00 € (mil euros) para apoio a atividades realizadas.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação de Juventude do Peso, tendo por objeto apoiar as atividades desenvolvidas no pavilhão da Associação, nomeadamente as realizadas em prol das crianças que frequentam o Jardim de Infância e a Escola primária da Freguesia do Peso, no montante de 3.000,00 € (três mil euros), sendo 2.000,00 € (dois mil euros) referentes à comparticipação do Município nas despesas do pavilhão e 1.000,00 € (mil euros) para apoio a atividades realizadas.

d) Minuta de Protocolo de Colaboração entre o Município da Covilhã e a Associação Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais

Presente Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação de Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais, tendo por objeto apoiar a realização do Campeonato Nacional de karaté e reparação do telhado das instalações da associação, no montante de 2.000,00 € (dois mil euros).

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação de Centro de Artes Marciais da Covilhã e Terapias Orientais, tendo por objeto apoiar a realização do Campeonato Nacional de karaté e reparação do telhado das instalações da associação, através de uma comparticipação financeira no montante de 2.000,00 € (dois mil euros).

e) Minuta de Protocolo de apoio à Associação Desportiva e Cultural de Orjais

Presente Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Desportiva e Cultural de Orjais, tendo por objeto apoiar a realização do Passeio BTT LIMPATRILHOS 2017, no montante de 600,00 € (seiscentos euros).

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação Desportiva e Cultural de Orjais, tendo por objeto apoiar a realização do Passeio BTT LIMPATRILHOS 2017, através de uma comparticipação financeira no montante de 600,00 € (seiscentos euros).

f) Minuta de Protocolo de Apoio entre o Município da Covilhã e a Associação de Ciclismo da Beira Interior

Presente Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação de Ciclismo da Beira Interior, tendo por objeto apoiar o evento desportivo de cicloturismo na vertente de BTT, na cidade da Covilhã, no dia 7 de maio de 2017, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), a liquidar até outubro de 2017.

A Câmara, com a ausência do Senhor Vereador José Pinto, deliberou aprovar o Protocolo de Colaboração a celebrar entre o Município da Covilhã e a Associação de Ciclismo da Beira Interior, tendo por objeto apoiar o evento desportivo de cicloturismo na vertente de BTT, na cidade da Covilhã, no dia 7 de maio de 2017, através da atribuição de uma comparticipação financeira no montante global de 1.500,00 € (mil e quinhentos euros), a liquidar até outubro de 2017.

I – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- **Luís Proença**, veio questionar de quem é responsabilidade de uma tampa existente no passeio, junto ao Centro de Saúde da Covilhã, que originou a queda da sua esposa e consequente assistência no hospital, que partiu um braço e tem que pagar as despesas da referida ocorrência.

O Senhor Presidente lamentou o sucedido e disse que se irá apurar a responsabilidade da situação.

- **António Fiúza** questionou sobre o arranjo das estradas na Rua Marquês D'Avila e Bolama, desde o Colégio das Freiras até há Ponte do Rato, a Rua de Santo António, até ao Largo de Santo António e a Rua Morais do Convento, até ao cruzamento para a Carreira de Tiro, que se encontram bastante danificadas.

O Senhor Presidente respondeu que as ruas serão reparadas logo que seja possível financeiramente.

- **Deolinda Lopes**, representante de um grupo de moradores da Freguesia do Barco, que leu o seguinte documento:

“Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Doutor Vítor Pereira

Senhores Vereadores

Meus senhores e minhas senhoras

Sendo do conhecimento de todos que a Direção-Geral de Energias e Geologia tornou público, através do Aviso Nº 1412/2017 DA Direção-Geral de Energia e Geologia, publicado em Diário da República, 2ª série, nº26 de fevereiro de 2017 que a PANNN Consultores de Geociência, Lda, requereu a celebração de contrato de concessão de exploração de depósitos minerais de lítio e outros a céu aberto, na Nossa Serra da Argemela, no Barco, pretendemos aqui partilhar e manifestar as nossas muitas preocupações face ao eminente atentado ambiental, paisagístico e de saúde pública que poderá ocorrer na nossa terra se não tomarmos uma posição firme de protesto.

Esta exploração terá uma área abrangente de exploração de 403,71 hectares, o que significa a destruição total de uma montanha tão fortemente ligada às pessoas, quer pela sua beleza, quer pelos sentimentos afectivos e de proximidade criado ao longo de gerações, quer pelo legado histórico que ela nos trás, quer ainda pelo que nos oferece em termos lúdicos e recreativos.

O impacto ambiental será de tal ordem negativo que, devido ao processo e aos materiais a minerar, à sua decomposição, tratamento e apuramento, a atmosfera, os cursos de água existentes, os lençóis freáticos ficarão extremamente poluídos que tornarão a vida das populações impossível nestas localidades do concelho da Covilhã. Digo localidades porque não será só o Barco a ser atingido mas todas as povoações vizinhas. Recordo apenas os incêndios que se iniciaram no Barco e Coutada, por que zonas se propagaram?

Meus senhores, com os protestos que já levamos a cabo pretendemos travar um processo que:

- **Impedirá** a continuação da prática da agricultura tanto na margem esquerda como na margem direita do rio Zêzere, e que é uma fonte de sustento das populações;
- **Destruirá** toda a variedade e riqueza de fauna e flora existente na Argemela;

- *Devido à poluição afetar a saúde pública, quer dos residentes quer das populações vizinhas a curto prazo e provocará graves doenças a longo prazo. Vejamos exemplos por este país fora, o que tem acontecido à saúde das populações próximas de pedreiras e minas a céu aberto;*
- ***Será uma fonte de poluição das linhas de água (vários ribeiros), lençóis freáticos e todos os recursos hídricos ali existentes;***
- ***Será uma fonte de poluição do rio Zêzere, neste momento despoluído, onde os amantes da pesca ficarão impedidos de desenvolver esta actividade;***
- ***Será a destruição de uma zona de caça municipal;***
- ***Será um real perigo para as pessoas em Lisboa uma vez que grande parte desta cidade é abastecida pela barragem de Castelo de Bode, alimentada pelo nosso rio;***
- ***Será mais uma fonte de poluição com forte impacto ambiental que impedirá o desenvolvimento das plantas dado que a fotossíntese não se fará convenientemente devido às poeiras, afetar a rio Tejo já que o Zêzere desagua directamente nesse rio;***
- ***Será uma fonte de poluição atmosférica com consequências nefastas, provocando doenças respiratórias;***
- ***Afetar e colocará em causa o funcionamento da piscina do Barco, infra-estrutura reconhecidamente importante na dinâmica da Freguesia e onde a Câmara Municipal investiu muito dinheiro em tubagens e processos de captação de água que abastece aquele espaço;***
- ***Será a destruição de um espaço onde os escuteiros e outros grupos amantes da NATUREZA desenvolvem diversas actividades com crianças e jovens;***
- ***Será um crime ambiental;***
- ***Terá um impacto fortemente negativo na morfologia da paisagem;***
- ***Colocará em causa a qualidade de vida das populações;***
- ***Será a destruição de um espaço com fortes ligações históricas, culturais, emocionais às pessoas do Barco e restantes povoações vizinhas;***
- ***Será um atentado paisagístico.***

Devido à proximidade da referida serra ao rio e ao povoado, estas preocupações não são um mero instrumento de protesto, mas revelam uma real preocupação e perigo para as populações e para o ambiente.

Sr. Presidente, estamos aqui não numa postura de afrontamento ou pressão para com a Câmara mas antes numa atitude de pedido de apoio e solidariedade para com a nossa causa. Sabemos qual a sua posição e a posição da restante câmara neste momento. Pedimos, solicitamos e acreditamos que esta posição se manterá, pedindo igualmente uma maior intervenção deste órgão autárquico junto das entidades superiores para que estas possam intervir no sentido de se travar este projeto de destruição que a todos nos trás angustiados.

É a NOSSA gente que está em causa, é a saúde das pessoas que está em causa, é o futuro da nossa terra que está em causa. AJUDEM-NOS

Muito obrigado.”

O Senhor Presidente agradeceu a presença e a criação deste movimento para a preservação do nosso território. Referiu que todos temos direito à indignação e a viver num ambiente saudável. Referiu ainda que “temos pergaminhos neste domínio, somos um concelho impar em muitas coisas, não só em turismo, na actividade económica, na cultura, mas também numa forte capacidade critica e neste caso é mais do que indignação, é também a reivindicação de um direito. Direito a viver com um bom ambiente, saudável, sem estarem sujeitos aquilo que receiam, como as infiltrações dos lençóis freáticos, à contaminação do rio, à destruição da floresta, da fauna, da flora, do ecossistema que ali existe e sobretudo da paisagem que é bonita. Agora pretende-se ali implementar uma actividade económica; entendemos que exista uma posição firme, por parte do vosso movimento, e que nós fizemos foi solidarizarmo-nos

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

convosco e tomando a nossa causa como sendo nossa e pedem que a Câmara, ainda assim, seja mais proactiva.

Nesse sentido, informo que já contactei o Senhor Secretário de Estado que tem a tutela deste dossiê, fiz-lhe ver da existência deste movimento, da vossa indignação, de quanto pode prejudicar, esta exploração, não só o Barco e a Coutada, mas também como todas as populações ribeirinhas a jusante do Barco e que aquilo que depender da Câmara, pois não é à Câmara que compete conceder ou licenciar, tudo o que porventura venha a ser auscultado, a nossa resposta será um NÃO, porque ainda que nos tentem seduzir com a criação de postos de trabalho, nós não queremos postos de trabalho a qualquer custo e tudo faremos para que aquela licença de exploração não seja concedida.”

O Senhor Vereador Pedro Farromba felicitou a intervenção, “porque quando se fala com o coração e com aquilo que nós sentimos, fala-se verdade, com sentimento e com a certeza daquilo que é realmente a necessidade das populações. Nós já aprovámos uma Moção e tudo faremos para que esta situação seja resolvida rapidamente e para que a Argemela continue a ser o que tem sido, uma bela paisagem que orgulha todos os habitantes da região.”

O Senhor Vereador José Pinto afirmou que por parte da CDU terão toda a solidariedade e lamentou “mais este episódio que abrange o nosso concelho, mas infelizmente e durante estes últimos anos, tem sido uma prática de não se ouvirem as populações, em particular quem as representa. Se este processo tivesse tido outro caminho, que não este, não seria necessário este movimento e por isso fica expressa a nossa solidariedade.”

ATA DA REUNIÃO DE 17/03/2017

APROVAÇÃO EM MINUTA

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas em minuta para efeitos de execução imediata.

VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES

As deliberações constantes da presente ata foram aprovadas por unanimidade, com exceção daquelas em que é referido outro modo de votação.

MONTANTE GLOBAL DOS ENCARGOS

O montante global dos encargos resultantes das deliberações tomadas nesta reunião de Câmara foi de 49.900,00 € (quarenta e nove mil e novecentos euros).

ENCERRAMENTO

Pelas 11:30 horas, verificando-se não haver mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que para sua validade e fé vai, no fim, por si assinada e por Graça Isabel Pires Henry Robbins, Diretora do Departamento de Administração Geral.

O Presidente, _____

A Diretora do Departamento de Administração Geral _____